

ATA N.º 33/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2020

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Peniche, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Período de intervenção do público.-----

----- 2.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 3.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----1) Estudo urbanístico para beneficiação do miradouro e estacionamento, relativamente ao Porto da Areia Sul, em Peniche – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----2) Pedido de licenciamento para demolição do existente e construção de edifício de habitação e comércio com pedido de permuta de terreno, a realizar no prédio sito na Travessa da Horta, n.º 12, em Peniche, apresentado em nome de Lucílio Oliveira Antunes - Unipessoal, L.<sup>da</sup> – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----3) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de moradia unifamiliar, para o prédio sito na Rua de Baixo, no Lugar da Estrada, apresentado em nome de António Arménio de Carvalho Emídio – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----4) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de moradia unifamiliar, para o prédio sito na Rua de Angola, Vila Maria, em Peniche, apresentado em nome de Susana Maria Melo Fernandes Afonso Lucas – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----5) Pedido de licenciamento para demolição de anexo, para o prédio sito na Rua de Santana, n.º 98, em Peniche, apresentado em nome de José António Rodrigues Façanha – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----6) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a realizar no prédio sito na Urbanização do Bosque, Lote 13, em Coimbrã, apresentado em nome de Zélia Maria Neves Correia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----7) Pedido de licenciamento para construção de estabelecimento hoteleiro, para o prédio sito na Fonte Velha, em Coimbrã, apresentado em nome de Monte do Parrocho, Unipessoal, L.<sup>da</sup> – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- Divisão de Obras Municipais:-----

-----8) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua Pedro António Monteiro, n.º 18, em Peniche, requerida por Sousa Madeira & Irmãos, L.<sup>da</sup> - Pelouro das Obras Municipais; -----

-----9) Sinalização vertical na Rua Ilha da Madeira, em Peniche – Pelouro do Trânsito;

----- Regulamentos municipais:-----

-----10) Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior – Pelouro da Educação; -----

----- Protocolos:-----

-----11) Candidatura ao programa “Defesa da Floresta contra incêndios e agentes bióticos”, para aquisição de equipamentos para os sapedores florestais - Pelouro da Proteção Civil;

----- 12) Protocolo de cooperação entre o Município de Peniche e a Meo – Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A, para utilização das condutas de comunicação – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

Equipamentos municipais:-----

----- 13) Estúdio Municipal de Dança – Ano Letivo 2020/2021 – Pelouro da Cultura;-----

Património municipal:-----

----- 14) Aumento da quota mensal do condomínio, respeitante ao prédio sito no Sítio do Calvário, bloco 4, em Peniche – Pelouro da Solidariedade Social; -----

Aquisição de bens e serviços:-----

----- 15) Abertura de procedimento por concurso público para empreitada de implementação de zonas de monitorização e controlo – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

Documentos previsionais:-----

----- 16) Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (modificação n.º 16) – Pelouro das Finanças;-----

Cumprimento do preceituado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:-----

----- 17) Refeições escolares para o ano letivo 2020/2021 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Pelouro das Finanças;-----

Relacionamento Institucional:-----

----- 18) Melhoramentos no edifício da “Loja dos Valla” para utilização de munícipes, para teletrabalho – Pelouro da Administração Geral;-----

Apoios diversos:-----

----- 19) Atribuição de apoio financeiro à Associação Proferrel, para a realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Guia – Pelouro da Cultura;-----

----- 20) Atribuição de apoio à Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro de 1902, para a realização da Festa de Verão em Atouguia da Baleia, em Honra de Nossa Senhora da Assunção – Pelouro da Cultura;-----

Diversos:-----

----- 21) MEO Portugal Surfing Cup - Special Event da World Surf League – Pelouro do Desporto;-----

----- 22) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Rafael Barroso Henriques - Pelouro da Administração Geral;-----

----- 23) Dinamizar a economia social como ferramenta de promoção do desenvolvimento económico e social do Território;-----

----- 24) Evocação da Motim de Peniche ou a Guerra das Espoletas;-----

----- 4.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta e quatro minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

A reunião foi interrompida entre as treze horas e quarenta minutos e as quinze horas e dez minutos.

Estiveram presentes os senhores: Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, e Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, durante toda a reunião, Paula Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, e Liliana Zarro, Assistente Técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante o período de audição do público e durante a apreciação e votação dos pontos um a sete da ordem do dia. Estive, também, José António Rodrigues, Comandante Operacional Municipal da Proteção Civil, durante o período de audição do público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

**Senhor Augusto Santos:**

- Agradeceu a oportunidade de participar sobre esta sessão, acerca do requerimento que fez na DPGU, em 2016 e por saber que o assunto mereceu a atenção do senhor Presidente. Disse que no dia 3 de setembro enviou uma carta ao senhor Presidente expondo as razões que justificavam essa situação e também um email ao senhor Presidente e à senhora Vice-Presidente e que, pouco mais tarde, o senhor Presidente confirmou a receção do e-mail e o senhor Presidente trouxe o assunto à Reunião de Câmara no dia 7 setembro onde surgiu algum equívoco, porque a questão central não era obter uma resposta como defendia o senhor Vereador Jorge Gonçalves. Disse que a questão era dar conhecimento daquela que é a pretensão de ver reavaliada a deliberação sobre a avaliação técnica de loteamento e concessão de habitabilidade do Lote 4, fundamentadas na documentação. Afirmou que no dia 16 de julho, quando se dirigiu à DPGU a pretensão era dialogar com técnicos e fiscalização, que por se tratar de um assunto de obras, o primeiro ponto era a denúncia de uma obra da dona Selma Rico, a proprietária da moradia, construiu um segundo anexo que levanta em seu entender algumas questões de segurança e o processo tem mais de cinco anos e não se consegue perceber como foi possível numa zona completamente visível aos olhos de qualquer cidadão aprovar o primeiro anexo e agora deparar com a construção de um outro, que está a ser construído de forma ilegal e clandestina. Afirmou que a técnica lhe transmitiu que a primeira coisa a fazer era solicitar um atendimento ao senhor Presidente de onde sairia um Despacho que depois chegaria aos serviços. Perguntou se é este o procedimento porque não lhe parece prático ter de solicitar atendimento ao Presidente quando se pretende obter informações meramente técnicas. Disse que na construção em questão estão exemplos graves de insegurança, que podem causar danos graves, mas que findos três meses sem resposta dos serviços técnicos contactámos a gestora do processo, passado um mês contactámo-la e achámos que o local mais indicado seria a Assembleia Municipal porque está em causa a liberdade de espaço visível e de circulação, a segurança e o bem-estar. Disse que a resposta que foi dada pela Vice-Presidente não é de todo a que pretendemos levar por diante. Acrescentou que outra situação, que parece de menor importância, mas que é a da casa da sua mãe, que não pode sair de casa e que deixou de ter a vista que tinha da única janela de onde via mar. Reforçou que recorreram ao serviço e que os serviços não funcionaram e perguntou se os danos da construção estão contemplados na fiscalização efetuada, mais concretamente danos no muro e na pintura. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Agradeceu a exposição e manifestou a sua compreensão quanto ao incómodo. Disse que não há qualquer orientação para encaminhar munícipes para audiências com o Presidente, que a técnica não devia ter dito isso porque não corresponde à verdade e é exatamente o oposto. Sem querer desculpabilizar a situação esclareceu que o requerimento não foi apresentado há três, mas há dois meses, a 16 de julho para sermos rigorosos, mas garantiu que se vai avaliar o decorrer deste processo e quem interveio e como. -----

**Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado:**

- Agradeceu a exposição e garantiu ao munícipe que os serviços não estiveram parados na sua situação. Disse que o processo entrou, foi devidamente acautelado e já há um parecer da fiscalização, um do serviço técnico com medida para notificar o proprietário para repor a legalidade, um despacho do senhor Presidente, um procedimento de contraordenação e que em termos de prazos legais foram todos cumpridos. Esclareceu que o processo anterior não esteve nos

serviços durante quatro ou cinco anos, o processo de alterações deu entrada em 2019 e teve o desfecho em 2020. Disse que foi o senhor Augusto que despoletou o incumprimento, que teria sido melhor serem os serviços a identificar, ainda não estamos a esse nível, mas lá chegaremos e frisou que os serviços atuaram de imediato em relação à queixa. Disse que se o loteamento possibilitar que o seu confinante lhe quebre a vista não é de indeferir que o que é de indeferir é caso não cumpra o alvará de loteamento. Assegurou que os serviços vão verificar e que em relação à segurança teremos de atuar. Disse ao município que se quiser podemos facultar o ofício na gestão urbanística após a reunião e informou que os serviços marcaram reunião com a requerente na próxima quarta-feira para analisar a medida da tutela e se o procedimento de legalização é passível de ser realizado. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Disse que nestes quase três anos ainda não houve uma medida de proposta de embargo que tivesse sido proposta pelos serviços e que ele não tenha concordado. Afirmou que se há um processo que não esteja em condições de ser licenciado quando chegam para minha decisão, terá de ter um parecer favorável técnico porque se não tiver não assina. Afirmou que procura sempre respeitar as informações técnicas, mas que se há um erro de avaliação que temos de assumir e corrigir. Informou que mesmo que enviem os processos diretamente para si por e-mail, o processo só começa mesmo quando entra no sistema digital da Câmara, ou seja acaba por ter de encaminhar os mails ou os processos para a secretaria geral para dar entrada. Disse que se vai procurar avaliar melhor a situação, os procedimentos e corrigir aquilo que tem de ser corrigido.-----

**Senhor Vereador Rogério Cação:**

- Disse que muitas vezes os Vereadores tomam decisão com base na informação que têm. Afirmou que a grande missão das autarquias é preservar a segurança, bem-estar e a liberdade. Afiançou que temos imensas situações de ilegalidades que foram posteriormente legalizadas e criou-se a ideia de que é mais fácil fazer primeiro e legalizar depois. Acrescentou que a preocupação do senhor Augusto é fundada, ainda que não tenha qualquer dúvida que o senhor Presidente vai dar a este assunto a devida atenção e que concordava com o senhor Presidente quando este dizia que as falhas existem, têm de ser admitidas e corrigidas e que as medidas, às vezes, não têm consequências práticas. Garantiu que ficará a aguardar a revisão do processo, uma vez que, os direitos que referiu são alienáveis. -----

**Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Disse que recebeu o e-mail do senhor Augusto Santos no dia 03 de setembro, que não estava tão legível quanto isso e que se tratava de uma queixa feita em meados de julho. Temos mais de dois meses relativamente a isto. Disse que no dia 7 perguntou sobre este assunto, mas que não foi informado de nada, até ao presente, sobre o processo. Perguntou ao senhor Presidente se o documento referido pela senhora Chefe de Divisão corresponde a algumas das questões que o município colocou solicitando o acesso ao mesmo. Disse que estas situações devem ter uma intervenção muito rápida dos serviços e lamentou ter uma linha de informação relativamente àquela matéria.-----

**Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado:**

- Resumiu a notificação e disse que se trata de uma denúncia que incide numa construção apresentada no âmbito do processo n.º 89/14, em nome de Selma Maria Rico Gaspar, a qual foi dada como concluída possuindo inclusivamente autorização de habitação n.º 29/20, emitida em 12 de junho de 2020. A denúncia em questão dá conta de uma construção executada posteriormente à emissão da autorização de utilização tendo a requerente procedido ao encerramento e cobertura

de parte de um logradouro de moradia em continuidade e um anexo existente. Acrescentou que esta situação foi confirmada no local por parte dos serviços de fiscalização municipal após a denúncia. Após análise técnica por parte destes serviços conclui-se que a construção executada após emissão de alvará de utilização para além de não ter sido comunicada, constitui um aumento de área excessivo que ultrapassa o estabelecido e aprovado em alvará de loteamento e simultaneamente ultrapassa os limites de implantação definidos na respetiva planta síntese. Disse, também, que a cobertura é de uma materialidade de chapa lacada que não se enquadra no estabelecido no artigo 25º do Regulamento Urbanístico de Peniche e que será notificada a proprietária no sentido de repor a legalidade urbanística incorrendo ainda em processo de contraordenação. Acrescentou que os serviços marcaram reunião com a prevaricadora para esta quarta-feira a fim de lhe dar conhecimento pessoal da forma de legalizar ou não o procedimento. Disse que é muito claro que houve indicadores e que estes já foram analisados e constatados e a informação já vai no sentido da questão do senhor Vereador. Afirmou que, caso a requerente não reponha a legalidade o passo seguinte será a segunda fase daquilo que a legislação prevê. -----

**Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Disse que apenas respondia a parte da questão que colocou, porque o que foi dito agora era possível ter sido transmitida há mais tempo. -----

**Senhor João Campos:**

- Disse que no dia 04 de março pedi saneamento ligação de água e de esgoto num terreno que tem na Rua dos Moinhos na zona do Quebrado Ligação e disse que no dia 7 de julho recebeu uma resposta que não vai ao encontro daquilo que procura. Disse que precisa que se passe um tubo por um terreno camarário e que queria que vissem isto com brevidade porque precisa de trabalhar porque o que lhe foi sugerido foi a construção de uma estação elevatória que para além do preço implica rasgar uma quantidade enorme de alcatrão, quando só precisa de acesso a esgotos e fluviais para lavar fatos. Disse que só é preciso passar o tubo no terreno que é camarário e perguntou qual é a forma de fazer isto acontecer que se for preciso podemos fazer uma troca e cede o terreno do Quebrado onde estão os barracos para se poder alinhar a rua e a Câmara cedia apenas um pedaço do terreno suficiente para passar o tubo. -----

- Disse que o outro assunto é Praia de Peniche de Cima e perguntou se a Câmara quer requalificar as dunas, porque isso condiciona se poderá investir ou não naquele local, que há a previsão da construção de um bar e de passadiços para um outro local e que se deviam tratar todos da mesma forma. Disse que devíamos olhar para a nossa terra e preservar o que há, que cada vez que há uma nortada fica com o acesso fechado e precisa de perceber o que o sr. Presidente pensa fazer. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Disse que quando ouve o senhor Campos falar tudo parece sempre muito fácil. Afirmou que se está a falar de um terreno na Avenida Mariano Calado de um loteamento que são de domínio privado municipal, que por isso requer uma avaliação. Acrescentou que os SMAS estiveram a aguardar elementos do senhor Campos que não chegaram. Afirmou que à questão, como é colocada, não está em condições de responder porque deverá a resposta ser avaliada no Conselho de Administração dos SMAS em termos jurídicos. Esclareceu que a candidatura para a construção dos três passadiços não foi apresentada para servir nenhum empresário em particular, e que se até foi previsto há uns anos uma concessão de praia na Cova de Alfarroba que não vê mal nenhum, até porque se depender de si esta nova concessão vai a concurso de hasta pública, como têm ido todas as concessões neste mandato. -----

- Sobre a questão que colocou em relação ao acesso das dunas disse que o seu será o apoio de praia mais problemático do concelho de Peniche e que por ser problemático todos os anos há problemas

com a retirada de areias e com toda a frontalidade, na sua opinião, provavelmente quem devia ter os ônus de remover as areias seria quem de lá retira proveitos e a verdade é que as coisas não são assim tão fáceis de resolver e que até mexe com entidades externas, como a Agência Portuguesa do Ambiente que não vê com bons olhos sempre que se mexe nas dunas. Disse que devem discutir juntos se é ou não desejável investi ali ou não, que será preciso dialogar com todos e manifestou-se um entusiasta de melhorias na qualidade dos apoios de praia e dos concessionários. -----

**Senhor João Campos:**

- Referiu que os empresários precisam de condições, dignidade, parques de estacionamento e acessos para investir e que há pessoas que querem investir na terra, não é com os concessionários a pagar. Disse que a solução do senhor Luís de Almeida para as dunas durou 40 anos e que se continuarmos com a treta das ervinhas vai-se perder todo o sistema dunar. -----

**Senhora Vereadora Cristina Leitão:**

- Disse que em relação às questões que o João Campos que tem a ver com a duna perto da concessão, seria mais interessante que se fizesse uma reunião conjunta com a APA, a Câmara e um ou outro concessionário, talvez se conseguisse chegar a um entendimento. Afirmou que noutros momentos solicitaram reuniões técnicas com a APA para colocar questões do âmbito técnico-estratégico, mas neste mandato não tiveram ainda essa oportunidade, pelo que volta a solicitar que se realize esta reunião. -----

- Relativamente à Rua do Moinho disse lá viveu mais de vinte anos e que conhece bem o facto de aquele resto de loteamento estar integrado do domínio do Município e que a sugestão do senhor João Campos aos Serviços Municipalizados parece-lhe uma boa solução até porque o espaço não orgulha ninguém e já merecia uma intervenção e se hoje temos um requerente que gostaria de passar ligação de esgoto para ligar à Avenida Principal passar do domínio privado para domínio público e aproveitar para fazer uma intervenção non local de limpeza e até de embelezamento, considera que poderá ser uma oportunidade para a resolução deste problema. -----

**Senhor Presidente de Câmara, Henrique Bertino:**

- Disse que foi a primeira vez que ouviu falar numa proposta de permuta e que assim sendo terá de ser avaliado e tem de ser avaliado o porquê de ter ali ficado aquele espaço e devemos olhar como um todo numa perspectiva de futuro. Afirmou que tem de se ver a questão do loteamento e ter em conta não apenas os interesses do município. -----

**Senhor Vereador Filipe Sales:**

- Agradeceu as questões que trouxe à discussão. Disse que existe a questão que impossibilita a passagem das infraestruturas pela propriedade privada municipal e que talvez fosse mais adequado ser domínio público municipal, atendendo a que não tem capacidade edificatória. Disse que não está a defender os interesses do senhor Campos, mas que como vereador está a defender os interesses de todos. -----

- Acerca da questão das praias importa observar a regulamentação própria dos direitos e deveres dos intervenientes nas praias e que relativamente ao estacionamento e acessos aos apoios de praia estão definidas e não cabe ao concessionário. -----

- Sobre o turismo de qualidade, subscreveu a preocupação do senhor Presidente. Disse que não podemos só exigir, quando a Câmara Municipal afinal não dá o exemplo. -----

**Senhor Presidente de Câmara, Henrique Bertino:**

- Disse que a APA veio cá mediante a nossa solicitação, à reunião de Câmara. Transmitiu que vai convidar os técnicos da APA para avaliar e ver outros espaços do concelho que queiramos que deem a sua avaliação.-----

- Em relação à Nau dos Corvos está encerrada há dois anos por motivos relacionados com a segurança da infraestruturas e das pessoas. Concordou com o vereador e disse que a Câmara é um péssimo exemplo, nos acessos das praias, a Berlenga, Nau dos Corvos, Taskareia, as piscinas, os armazéns e até outras instalações que nós temos, mas que não é fácil e não basta estalar os dedos que aparece tudo feito. -----

**Senhor Vereadora Cristina Leitão:**

- Disse que a reunião com a APA, no dia 17 de fevereiro de 2020 não foi satisfatória, que não tinha efeito porque não se trataram de assuntos concretos e referiu que na reunião seguinte lhe transmitiu imediatamente que não tinha sido uma reunião satisfatória.-----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Disse que se solicitou aos vereadores que listassem os assuntos a colocar nessa reunião de fevereiro, pelo que não será rigorosamente verdade que não tenha tido efeito. Disse que foram falados muitos assuntos e no essencial os que mais nos preocupam foram abordados. -----

**Senhor Vereador Rogério Cação:**

- Disse que considera que teremos de ter ali nas dunas soluções mais definitivas e que a solução da duna não é tao simples nem fácil, mas subscreveu a preocupação e que será urgente tomar decisões. -----

- Disse que deve ser estudada pelos SMAS e pela Câmara a hipótese de permuta apresentada pelo município. -----

**Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado:**

- Disse que reuniu há cerca de um mês com o município, que o seu processo está a aguardar reformulação para avaliar proposta de permuta. Mencionou que havia uma solução do SMAS para estação elevatória, o que não agrada ao senhor Campos. Acrescentou que os serviços aguardam elementos por parte do seu técnico para a instrução do domínio privado para público e que aguardam também a proposta de implantação do edifício acordada. Sugeriu que o senhor Campos solicitasse ao seu técnico que entregasse o que ainda não entregou de elementos gráficos inscritos e garantiu que o seu assunto está a ser tratado. -----

**Senhor David Caetano:**

- Disse que o assunto que o traz a reunião de Câmara é o processo de um pedido de informação prévio que fez há algum tempo a propósito de um terreno que possui na localidade de Casais do Mestre Mendo. Disse que o seu terreno num espaço urbanizável, de frente para uma estrada pavimentada, com investimento em infraestruturas de saneamento e pluviais e um Plano de Pormenor. Disse que por não ser técnico, contratou um técnico e apresentou logo tudo com volumetria. Manifestou que se desconhecia a área em que poderia construir, que uma parte é REN e a outra é urbanizável e ficou surpreso porque fez um investimento e o pedido foi indeferido, ou seja não podia construir. Esclareceu que lhe foi dito que a edificação pretendida tinha de colmatar e articular com o que estava previsto naquela zona e que na Rua do Moinho ora tem uma casa e um terreno livre e que seria essa a tipologia. A técnica disse que o afastamento da sua propriedade à propriedade do outro lado da rua. Tinha uma distancia muito grande, ainda que o arquiteto tenha dado um parecer positivo, que a urbanista Ângela Santos lhe disse para contactar um vizinho que se construir primeiro fica mais perto e que no seu entendimento não pode ficar dependente de um

vizinho para poder construir, pelo que se dirige à Câmara porque em seu entender só politicamente é que esta questão poderá ser resolvida. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Agradeceu a clareza da intervenção do senhor David. Disse que tem vindo a aprender muito desde que está nestas funções e que tem tudo vindo a ser debatido. Afirmou que não é uma questão política, mas que são os técnicos da DPGU que dão algum conforto com os pareceres ou para arranjar solução e ninguém do executivo normalmente vai contrariar a opinião dos técnicos, ainda assim, garantiu que a Câmara já fez algumas correções no Plano Diretor Municipal relacionadas com as cérceas. -----

**Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado:**

- Disse que o senhor tem toda a razão em relação à interpretação do artigo do regulamento do PDM é o normativo que existe, e em seu entender em aglomerados estabilizados deveria ter continuidade. Afirmou que o senhor ainda não deve ter recebido a notificação, mas continua o parecer desfavorável por esse indicador. Os técnicos que entregam os processos nesta casa sabem que há regulamentos municipais e regimes legais a cumprir e não se podem contrariar regimes legais. Informou que se encontra a fazer listagem de casos como o do senhor David, temos bastantes, que isto não tem nenhum PP, embora seja uma urbe estabilizada com algumas falhas de intervenção e há um indicador na nova revisão do PDM de que esses terrenos vão colmatar e só em sede de novo Plano e que podemos tratar deste assunto. -----

**Senhor Vereador Filipe Sales:**

- Deu os parabéns ao senhor David pela sua intervenção clara e precisa. Disse que o município apresentou uma exposição em sede de audiência prévia a 22 de julho e que a decisão final passará certamente pela Câmara na tomada de decisão final. Sinto-me sensibilizado por volta a colocar a questão da ambiguidade destes termos colmatação, articulação e continuidade. Agradeceu o facto de ter vindo e que assim que possível, não tardará para a Câmara emitir decisão final, sem criar expectativas disse que os argumentos que aduziu também serão tomados em conta. -----

**Senhor Vereador Rogério Cação:**

- Agradeceu a intervenção, assertiva e clara e manifestou a sua compreensão pelo sentimento de injustiça transmitido pelo senhor David. Assegurou a sua disponibilidade para analisar a situação. Garantiu que há coisas que não podemos ultrapassar, mas manifestou-se, no que for possível, disponível para encontrar solução. -----

**Senhor António Pelerito:**

- Agradeceu a oportunidade, disse que se fazia acompanhar pelo arquiteto Miguel Correia e pelo seu advogado Fernando Cruz e perguntou se se podia dar prioridade ao senhor arquiteto que se encontra em videoconferência. -----

**Senhor Arquiteto Miguel Correia:**

- Disse que tem acompanhado o processo e que tinha de dar nota que foi com estupefação que um projeto aprovado pelo turismo de Portugal, aprovado nas instâncias ligadas à RAN e pelos serviços técnicos da Câmara Municipal tem, depois, um indeferimento em sessão de Câmara. Disse que que isso não faz sentido. Confirmou que o edifício é singular, um hotel rural de 4 estrelas, subjetivo do ponto de vista arquitetónico, mas que muito valoriza a Freguesia de Atouguia da Baleia e todo o concelho de Peniche. Manifestou estar à disposição para que do ponto de vista técnico poder



esclarecer alguma coisa que, no fundo, confessou lhe parece que o indeferimento estará mais ligado a questões pessoais do que propriamente técnicas. -----

**Senhor Vereador Rogério Cação:**

- Manifestou o seu desagrado pelo facto do senhor advogado ter mencionado que poderá ter havido razões pessoais e que isso no seu caso não se passa nunca, que tomou a sua decisão em consciência e que até poderá estar errado, mas que o processo lhe levantou dúvidas que aqui tomamos as decisões em consciência, com base nos pareceres que chegam e a que têm acesso. Pediu desculpa, mas tinha de fazer esta chamada de atenção. Garantiu que independentemente do promotor e das querelas que eventualmente haja para resolver seja com quem for, sempre que concluir que tomou uma decisão errada não terá qualquer problema em corrigi-la. -----

**Senhor Arquiteto Miguel Correia:**

- Disse que foram feitas alterações ao projeto após o parecer ao primeiro projeto e que o projeto aprovado não foi o mesmo que deu entrada, não foi o projeto original. Manifestou dificuldade em perceber o parecer solicitado pelo Executivo à equipa que se encontra a fazer a revisão do PDM, porque o projeto em questão não põe em causa regulamentos municipais nem nacionais. Disse que estão dispostos em dialogar e perceber o que será preciso fazer para que o projeto possa vir a ser aprovado pela Câmara Municipal. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- A primeira conversa teve com o senhor arquiteto esteve relacionada com os condicionalismos técnicos dos serviços e o senhor arquiteto quis saber se alteradas estas condições estariam ultrapassados os pareceres técnicos.-----

**Senhor Fernando Cruz:**

- Manifestou a sua dificuldade em entender e disse que é extremamente difícil se os serviços técnicos apoiarem um projeto um Presidente da Câmara e a Câmara não o apoiarem. Disse que depois da primeira análise dos serviços foram feitas alterações ao projeto, de acordo com as indicações dos técnicos municipais e manifestou o seu choque perante a afirmação de “não se fez alterações nenhuma” proferida pelo senhor Vereador. Disse que o projeto é único, a freguesia onde vai ser implantado manifestou-se muito interessada e que gostava de saber em que é que este edifício viola a paisagem ou a inserção e pediu que esta Câmara que tato estima possa dar lugar a uma reflexão e que aproveitem a disponibilidade do senhor arquiteto para alterar o que for alterável. Disse que o projeto não viola qualquer norma legal e que o não terá de ser exercido ao poder discricionário e que, em seu entender, esse poder discricionário não deverá estar a ser bem executado. -----

**Senhor Vereador Rogério Cação:**

- Reiterou, muito claramente, que me lhe seja ao menos dada a possibilidade de estar tranquilo com a decisão que tomou, porque quando disse que não houve alterações de fundo referia-se à cêrcea que se manteve, não foi alterada e que para além disso havia o parecer do professor Jorge Carvalho. Está disponível para reapreciar o processo e que tudo esta aberto à discussão e que se a discussão o levar noutro sentido não terá qualquer problema em mudar a sua opinião e que esperava que esta questão se resolvesse manifestando a sua disponibilidade para reapreciar o processo quanto antes para se poder verificar se houve falhas, matérias menos ponderadas e que mereçam outra ponderação. -----

**Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Concordou com o senhor Vereador Rogério Cação nas respostas que deu tanto ao senhor arquiteto como ao doutor Fernando Cruz. Disse que se está na presença de um hotel rural com catorze quartos, que se esteve na presença de argumentos rebatidos de parte a parte, o que não significa que não se possa rever decisões. Nomeadamente às razões de ordem pessoal como foi aqui mencionado, disse que não mistura as coisas, que o que existe com o senhor António Pelerito não é para ser debatido na Câmara, disse que também não se deixa pressionar, nem vai tomar uma decisão com medo de levar uma cadeirada, como escreveu o senhor António Pelerito nas redes sociais. Concluiu que, na altura própria e em função dos pareceres, tomará uma decisão, até porque terá também de ter em conta o parecer do professor Jorge Carvalho que é quem está, enquanto técnico, à frente do processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Disse que estará disponível para, na análise que faz deste processo, ter uma posição que possa não ser igual à anterior.-----

**Senhor António Pelerito:**

- Informou que o que escreveu foi que nunca iria resolver à cadeirada como foi resolvido o edifício Cinemar. Disse que o traz à Câmara é um projeto para Peniche, é o objetivo de aprovar o projeto, sem pedir favores, que cumpre a legalidade. Tal como o senhor vereador Rogério falou disse que queria esclarecer que até pensaram diminuir cêrceas, mas que ao ver o levantamento topográfico e onde ele assenta, porque a trezentos metros há duas moradias trinta metros mais altas do que o edifício a oitocentos metros há pista de aviação onde a torre de controlo também está acima do edifício. Disse que o terreno tem um terreno agrícola e que até vai pagar cerca de oitenta euros de IRC e não serão esses oitenta euros que serão impedimento para a criação de cerca de catorze postos de trabalho. Afirmou que da sua parte não há nada pessoal que não guarda rancores contra ninguém e que o lhe vai no coração lhe sai pela língua.-----

**Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Disse que só queria lembrar aquilo que o senhor António Pelerito escreveu nas redes sociais e leu a publicação do mesmo no *Facebook*.-----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Garantiu que aquele assunto será abordado mais tarde na reunião já fora do período de intervenção do público.-----

**Senhor António Graciano Jorge:**

- Disse que se dirige à Câmara com colegas que também são agricultores, que se querem pronunciar e queremos saber a posição tanto dos vereadores como do Presidente de Câmara a propósito do regulamento do PDM que diz respeito a espaços verdes e inclui os espaços de conservação e os de produção. Disse que se este regulamento vier a ser aprovado vai condicionar toda a agricultura do concelho. Afirmou que já convidou o Presidente de Câmara, o Executivo, a equipa técnica a pronunciarem-se e a falar com os Agricultores e nunca houve oportunidade ou não houve vontade para isso, mas há uma quantidade enorme de pessoas preocupadas e queriam que o Presidente se pronunciasse sobre este assunto. Disse que derivado ao peso da agricultura é tempo de dizer qual é a sua posição porque é importantíssimo, precisamos de um Presidente que fique ao lado dos agricultores e que traga paz. Afirmou que não é técnico e que o técnico o professor Jorge Carvalho tem de ouvir as pessoas porque muitas pessoas desconhecem o que significa passar metade do concelho de produção a conservação. Disse que esta questão tem de ser debatida e é importante haver uma resposta e saber a posição da equipa, do Executivo e do Presidente. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Agradeceu a vinda e o facto de ter colocado as questões que colocou. Disse que tem o assunto muito fresco, porque tem estado a escrever e a ler sobre o assunto. Afirmou que a petição está assente num grande conjunto de inverdades. Informou que irá a Ferrel no tempo oportuno porque ainda nem está nada discutido, o Executivo nem avaliou ainda nada. Disse que se lhe perguntarem a agricultura irá continuar como está, nada vai mudar, que é um imperativo a Câmara e a Assembleia Municipal discutirem sobre isso e que o PDM e o Regulamento será o que os vereadores, a Assembleia Municipal e as pessoas quiserem. Afirmou que a primeira inverdade é que as primeiras reuniões com as Juntas de Freguesia e os técnicos foram abertas a todos os vereadores, não sabendo precisar na reunião de Ferrel não sabe se mais algum vereador esteve presente, mas que todas as quatro reuniões realizadas foram abertas aos vereadores.-----
- Disse que em relação a um conjunto de propriedades no topo do Baleal foi contactado no início do mandato pelos proprietários que solicitaram ajuda para vender os terrenos e até com promotores que queriam comprar e que lhes disse foi para oferecerem preços justos pelos terrenos. -----

**Senhor Vereador Filipe Sales:**

- Disse que tem havido uma manifesta falta de informação sobre o processo de revisão do PDM, que há mais e um ano que a Câmara Municipal não aborda o assunto com a equipa responsável pela revisão do Plano Diretor Municipal e que é inaceitável que haja uma equipa contratada desde 2015 para o fazer. Afirmou que é preciso que se dê oportunidade aos vereadores de darem propostas e que no final de 2018 entregaram um documento à Câmara com propostas do PSD. Disse que ainda no mandato anterior a antiga Câmara concebeu uma unidade de execução e depois de a ter concebido chamou os proprietários e apresentaram o projeto da unidade de execução e houve alguém que perguntou como seria se não estivesse de acordo ao que foi imediatamente respondido que se não concordasse era expropriado. Disse que continua a ser contemplado no PDM esta unidade de execução e que as coisas estão iguais o que leva a que se gere a desinformação que leva ao caos. Disse que a Câmara tem de ter novo PDM em janeiro 2020 e que todos queremos ouvir as pessoas, mas ouvir antes das coisas estarem definidas. Disse que é uma questão que merece ser informada e que não há ninguém que queira prejudicar um setor tão importante como a agricultura. Afirmou que o que está a acontecer neste processo de revisão é lamentável e as populações têm legitimidade para requerer informação.-----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Disse que entendeu sempre que o processo com o envolvimento das pessoas só devia ser feito depois de ter sido discutido no Executivo, na Câmara e de o discutirmos com o professor Jorge Carvalho. Reiterou que ninguém quer prejudicar a Agricultura e que se vier alguém a mexer na Agricultura será o Governo. Transmitiu que disse, por diversas vezes, que quando os agricultores quisessem ajuda, fosse para o que for, que nos procurassem. Disse que foram feitas reuniões com a população até sem serem obrigatórias em mais de um local. Em relação à unidade de execução disse que esta, inicialmente foi apresentada contendo vinte e nove propriedades e disse que percebendo a área do terreno que se alguém quiser fazer um investimento como unidade de execução ou outra coisa qualquer se calhar não precisa dos terrenos todos. -----

**Senhor António Jorge:**

- Disse que o Presidente não pode negar que o convidou pessoalmente para discutir esta questão com os Agricultores e não aceitou discutir. Convidou o Presidente a ir discutir a questão dos solos e disse que mais de cinquenta por cento do concelho passa para Espaços Agrícolas de Conservação. Tem que se minimizar os impactos não pode ser de forma radical e que não é permitida a monocultura intensiva, mas ninguém consegue cultivar hoje sem estes adubos. Disse que este

modo ainda não é suficiente, as pessoas não conseguem sobreviver a fazer uma proteção integrada e biológica, ainda não se conseguiu chegar aí pelo que não é aceitável.-----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Voltou a referir que a proposta do regulamento ainda não foi avaliada pela Câmara e que se essa questão da Agricultura está no artigo 50º não devia estar porque não há nem houve qualquer discussão, muito menos houve qualquer decisão sobre o regulamento e que é impensável que da parte da Câmara isso fique como está.-----

**Senhor Vereador Rogério Cação:**

- Agradeceu que tenham colocado a questão com tanta frontalidade, mas que deixou claro que o estão a fazer sobre um documento que não está aprovado nem sequer está discutido. Manifestou-se contra o que está aí escrito, mas reiterou que aquela matéria não foi ainda objeto de discussão. Disse que o documento é uma proposta de uma equipa técnica e que não corresponde, pelo menos, à sua vontade. Disse que para si será impensável destruir a Agricultura que temos, ainda que considere que o caminho deve ser a agricultura biológica e integrada, mas que deve ser essa uma referência de futuro. Disse que considera que houve muita coisa que correu mal e que começou logo mal ainda antes deste mandato com a unidade de execução do Baleal. Afirmou que as verdades e as meias verdades confundem-se, disse que nunca ouviu falar num hotel com dez andares, mas pelos vistos isso agora assume-se como uma verdade. Disse que há coisas que saem da esfera da razoabilidade. Acrescentou que se devem acautelar as aspirações das pessoas, mas que o documento que têm não é um documento da autarquia, é um documento da equipa quem nem sequer está validado pela autarquia, ou seja não passa de uma proposta e será impensável seguir esse guião como está proposto. Disse que todos temos de aprender com estes processos e com os impactos das metodologias escolhidas não serem as melhores e que em processos tão complexo se devem envolver os interessados e reformular o que está mal. Mostrou disponibilidade para discutir.-----

**Senhora Vereadora Cristina Leitão:**

- Disse que se há matéria que gosta de discutir é o Plano Diretor Municipal, que por afinidade profissional lhe diz muito e que é um documento estratégico e que responda às necessidades e aspirações das populações. Disse que esta Câmara conhece a proposta da unidade de execução do Baleal, desde 2016 e que se consultar as atas de 2016 é possível ver as tomadas de posição para com o anterior Presidente. Transmitiu que nas primeiras reuniões deste Executivo disse que aquela era uma matéria muito difícil que era preciso discutir e que foi um erro estratégico o Presidente não querer fazer a discussão há mais tempo. Disse que solicitou à equipa técnica que apresentasse uma alternativa porque não há interesse em perder capacidade edificatória e se o caminho não for a unidade de execução terá de ser um outro, mas que a resposta à pergunta de como é que fazemos para reorganizar aquele solo o professor, que é a pessoa que está à frente da equipa técnica não respondeu nunca. Disse que o que lá vai ter, isso é o que nós a Câmara já deveria ter discutido e não discutimos e agora estamos em cima do joelho a ter que tomar uma decisão. Sobre a Agricultura disse que quem levantou esta questão pela primeira vez foi a Junta de Freguesia de Ferrel. Disse que quando lhes foi apresentada a planta de ordenamento e o regulamento na Câmara, ela própria e o colega muniram-se de pessoas que também percebem destas matérias para os ajudarem a ler a proposta e o regulamento e fizeram um documento sobre as questões, que refletia a sua opinião. Disse que por essa altura a Junta de Freguesia de Ferrel, que tem uma maior sensibilidade para estas questões, chamou a atenção para a existência dos espaços agrícolas de conservação e produção que poderá trazer alguma coisa inesperada que não se estava a ver e por quererem saber qual era a diferença entre os dois espaços pediram o regulamento e fez esse alerta

à Câmara e chamou a atenção para a necessidade de discutir isto mesmo. Perguntou qual era então o problema e disse que o problema é que a Junta fez o seu papel, mas a resposta da Câmara é muito demorada para alguém que quer uma resposta no imediato. Manifestou a sua compreensão porque tal como o senhor Presidente da Junta não teve resposta ela própria não tinha respostas. Disse que para além daquilo que os senhores têm, a única coisa que tinha era um relatório que dizia que metade da área agrícola passava a ser de conservação e que, nesse sentido, pediram ao Presidente que desse acesso à delimitação da RAN e da REN, bem como o parecer da CCRD relativamente a essas áreas, o relatório da empresa contratada da Recurso, L.<sup>da</sup> para dar ajuda desta questão julgamos nós, porque na verdade não sabemos o que a empresa fez. Disse que querem saber porque há uma petição pública e tanto as pessoas de fora como os vereadores têm o direito de saber e estar informadas. Garantiu que assim que o Presidente prestar a informação aos vereadores, se o Presidente não quiser prestar informações como Câmara, estarão com toda a abertura para falar com quem quiser que dê opinião e informação. Disse que esperava que o Presidente trouxesse o cronograma e o processo do Plano Diretor Municipal o mais rapidamente possível. -----

**Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Disse que a unidade de execução surgiu no âmbito da Plano da Orla Costeira no mandato anterior e que quando olhou para ela disse logo que iria correr mal porque tinham feito o processo ao contrário, ou seja, em vez de conversarem com as pessoas, criaram uma ideia e queriam impor essa ideia às pessoas. Disse que foi de tal maneira que a Câmara deliberou a 21 de julho de 2017 que devido à não aceitação dos proprietários não dar seguimento ao processo da unidade de execução do Baleal e passou a ler. Disse que nessa altura a unidade de execução morreu, mas que quando se entrou no processo de revisão do PDM essa unidade de execução renasceu. Disse que a nova lei dos solos aprovada em 2014 tinha três anos para ser incorporada nos Planos Diretores Municipais, e agora corremos o risco de tudo passar a ser rústico. -----

- Disse que na realidade a proposta do regulamento o professor Jorge Carvalho disse que nesta matéria da agricultura não queria mencionar nada, e sentia que não tinha competências para opinar e regulamentar e defendia que devia ser feito por outra equipa. Disse que as pessoas têm medo, porque isto já dura a dois anos, ninguém discute, ninguém informa e há mais de um ano que não se discute. Transmitiu que o próximo ano será difícil porque será de eleições e não será fácil discutir este assunto. -----

- Concordou que aquilo que a vereadora Cristina disse é importante, que chegue o novo cronograma do PDM. Acrescentou que sobre o novo contrato não tinha informação sobre o que tem sido feito e disse que manifestou a sua discordância, que não fosse obrigatório que antes de se pedir os pareceres à CCDR sobre as cartas condicionantes a Câmara pudesse olhar elas e ter alguma posição de princípio. Solicitou também saber que propostas de alteração ao regulamento é que a Junta de Freguesia fez. -----

**Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado:**

- Sobre o ponto de situação técnica para perceberem a clarificação do ato disse que a revisão do plano está descrita na legislação e que há o cronograma próprio, obrigatório e que é público. Disse que entrou em funções em 1 de julho deste ano e que o PDM é uma grande preocupação em todos os municípios porque há um prazo a cumprir. Afirmou que podia desmistificar uma serie de questões, concretamente que há uma proposta da equipa técnica externa que, dado o curto espaço de tempo e a COVID, foi parecer da CCDR dentro da tramitação obrigatória, acrescentou que foram consultadas dezanove entidades e que onze já se pronunciaram favoravelmente condicionadas. Disse que a CCDR não enviou parecer favorável e que por isso era impossível enviar à vereadora algo que não existe e que em relação à REN bruta a mesma coisa, que são dois processos distintos. Disse que REN bruta foram contratadas uma equipa externa que só fez REN

bruta e demoraram três semana a fazer esse plano e que todas as semanas contacta a CCDR para saber quando vem o parecer da RAN bruta que está na consulta às entidades e é essencial para avançar. Disse que teremos de aglutinar isto no plano e que o que os senhores pronunciam não é o plano fechado e que sem parecer das entidades podemos estar a perder tempo a discutir assuntos que são imposições legais. Disse que a proposta insere sobre regulamentações que não são do Município, são do Governo e que a Lei estabelece e que muito a curto prazo isso terá de ser explicado às pessoas, a prazo serão discutidas com os senhores para que as pessoas não falem sobre assuntos que não conhecem na totalidade. Disse que não há nenhuma proposta fechada, não há nenhuma proposta para decisão, mas haverá a curto prazo e é nessa altura que a legislação estabelece a participação das pessoas. -----

**Senhora Vereadora Cristina Leitão:**

- Disse a 29 de julho de 2020, o Presidente informou que a CCDR se iria pronunciar em 18 de agosto 2020, que a REN estava aprovada e a RAN também. Se não era assim, mais a leva a crer que urge ter o cronograma das reuniões que a Câmara deve fazer para discutir o PDM e que o Presidente se comprometeu dizer à Câmara. Disse que naturalmente as pessoas têm sede própria para se pronunciar e esta Câmara entendeu pôr público os documentos que tinha, não são os serviços que decidem e a Câmara entendeu assim. Tal como a Câmara também entendeu ouvir as populações e recolher as suas sugestões. Disse que a determinada altura o Presidente deu um tempo de abertura para que as pessoas pudessem consultar plantas, apresentar exposições e reclamações junto dos serviços. Acrescentou que há mais de um ano que pediu o acesso a essas reclamações e sugestões para poder também deliberar e que, como membro da Câmara pode não cair bem e não fazer parte do procedimento normal de revisão do PDM, mas que a par do que são as imposições legais há a vontade dos vereadores democraticamente eleitos, pelo que se disser que quer saber agora é agora que quer saber. -----

**Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado:**

- Disse que a CCRD enviou um ofício a dizer que as dezanove entidades teriam até 18 de agosto para se pronunciar e dessas dezanove pronunciaram-se onze condicionadas, mas até ao momento ainda não emitiu parecer final. Garantiu que não há informação escondida e que qualquer vereador pode consultar e que os serviços estão a introduzir as condições dentro da proposta para que se possa elaborar uma proposta que possa ser apreciada. Acrescentou que os serviços não se podem pronunciar sobre o que as entidades ainda não se pronunciaram, mas que está tudo no site e que se houver dúvidas qualquer pessoa se podem dirigir aos serviços. -----

**Senhor António Jorge:**

- Perguntou se todas essas propostas REN e RAN foram enviadas por esta equipa que trabalha para a Câmara ou se eram uma imposição do Ministério da Agricultura ou do Governo. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Disse que estão a fazer o contrário, estão a chumbar propostas porque querem cortar mais e afirmou que há regras da Administração Central que têm de ser seguidas. -----

**Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Disse que quem faz propostas é a Câmara, mas que há entidades da Administração Central que têm de ser ouvidas, mas não é o Governo que dita as ordens às Câmaras Municipais. -----

**Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Paula Lavado:**

- Disse que a RAN e REN são servidões e como tal têm regras próprias e legisladas. Por isso, por mais boa intenção que a Câmara tenha, disse que, a política que estabelece um plano é generalista para servir as pessoas, mas tem que se transpor às questões que são macro que são as questões das legislações específicas da REN e da RAN que estão publicadas e não são do Município. Acrescentou que por isso é que os pareceres nas entidades demoram e mesmo assim nas fases iniciais até se pronunciaram muito rapidamente.-----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

#### **Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Informou que esteve reunido com forças de segurança e com a proteção civil, na semana anterior, a propósito da nova portaria que saiu em relação à Covid. Disse que, na altura, não sabíamos os resultados de 125 testes à Covid. Em relação aos horários disse que havia uma grande hesitação por parte das entidades presentes e que se solicitaram esclarecimentos à Administração para depois então se obter o parecer vinculativo das entidades presentes. Transmitiu que a situação continua controlada, que há uma articulação que funciona, que há capacidade de reação mesmo aos fins de semana. -----

#### **Senhor Vereador Mark Ministro**

- Comunicou que não foi possível realizar a 2.<sup>a</sup> etapa do circuito nacional de *bodyboard* por questões meteorológicas.-----  
- Sobre a abertura do ano escolar, começou por desejar um bom ano escolar a toda a comunidade educativa. Deu nota das situações que mais preocupam foi o aumento na procura da componente de apoio à família, concretamente as refeições e o prolongamento e disse que na próxima semana esperava trazer esses dados à Câmara. Disse que a partir de quinta-feira há a previsão de estarmos em condições para começar as Atividades de Enriquecimento Curricular, ainda não haja recursos para todas as áreas. Disse que o concurso de Assistentes Operacionais só estará pronto para iniciar no início de outubro, estando a ser precavidadas todas as situações até essa altura. Transmitiu que houve alguns problemas de comunicação com a empresa de distribuição das refeições, situações que foram colmatadas com ajuda dos agrupamentos, tendo garantido o acompanhamento de perto por parte dos serviços.-----

#### **Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga:**

- Informou que dia 25, 26 e 27 de setembro serão as Jornadas Europeias do Património e o município vai participar com as exposições que tem no CIAB e no Museu das Rendas de Bilros e com os percursos pelo Património que serão incluídos na plataforma. -----  
- Agradeceu a todos os agentes locais que participaram na iniciativa da rede cultura 2027, uma sessão de poesia transmitida online no passado dia 19. -----

#### **Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Manifestou a sua preocupação com o atraso nas atas, disse que a última que está publicada *online* data de maio o que significa que voltamos a estar com quatro meses de atraso. -----  
- Disse que ainda não foi nesta reunião de Câmara que o senhor Presidente apresentou o novo Chefe de Gabinete.-----

- Mencionou que ainda não lhe foram facultadas as datas das entrevistas do concurso para Chefe de Divisão de Energia e Ambiente.-----
- Sobre o evento Gastronomia de Bordo referiu que a Câmara ainda não conhece e a proposta e pergunta se virá depois do evento.-----
- Em relação à carta da Conceitos Gourmet, disse que a Câmara deverá tomar posição relativamente à matéria, à carta. -----
- Sobre o processo de inquérito à Divisão de Administração e Finanças e ao setor de educação que o senhor Presidente mandou abrir em janeiro e que a Câmara ainda não saba nada essa matéria.--
- Disse que esteve no Mercado Municipal no passado sábado e que as críticas foram as mesmas, as entradas e saídas e que uma senhora da fruta até lhe disse que o Presidente lhe comunicou que viesse a uma reunião de Câmara. -----
- Mostrou as fotografias do estado em que estava a Rua Santa Cruz com o lixo na via pública. Fez referência que isto se tinha ficado a dever a uma avaria dos carros no dia 16 porque estiveram dois carros a recolher monstros, mas não recolheram o lixo todo. Disse que esta questão tem uma componente agravante que é o comportamento das pessoas, ou seja, não basta pôr contentores e não basta colar cartazes nos contentores orgânicos a dizer que somos o terceiro concelho do ponto de vista da reciclagem, o que significa que ainda podemos ser melhores. Disse que depois da intervenção foi ao local e verificou que foi colocado dentro dos contentores verdes o que significa que pagámos lixo orgânico por roupa, pagámos pedra e pagámos madeira como se fosse lixo orgânico e isto não pode acontecer. Perguntou de quem foi aquela orientação, quem solicitou que se enviasse o e-mail com aquelas fotografias que parecia que tinha sido feita uma intervenção extraordinária quando afinal foi feito tudo o que não devia ter sido feito. -----
- Sobre a casa abandonada junto à pista ciclável, sugeriu ao senhor Presidente que os serviços diligenciassem sobre quem é o proprietário e como se pode atuar num espaço que se encontra naquele estado de abandono. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Sobre as atas disse que algum do atraso é da sua responsabilidade, mas também da sobrecarga que existe, que há atas com alguma dimensão e a técnica está muitas vezes sozinha e ainda tem de prestar apoio à Assembleia Municipal. -----
- O senhor Chefe de Gabinete virá na próxima reunião porque foi opção não se apresentar nesta e sim na próxima que não é pública. -----
- Sugeriu que na próxima reunião fossem à APAP para avaliar e decidir antes de virem para a reunião de Câmara. -----
- Sobre o concurso de Chefe de Divisão para a DEA disse que assim que a data for marcada os senhores vereadores serão informados. -----
- Em relação aos Conceitos Gourmet informou que houve uma primeira conversa com um dos sócios e que se aguarda a marcação de reunião com a advogada da empresa e o nosso gabinete jurídico. -----
- Disse que sobre o inquérito setor de educação será prestada uma informação à Câmara. -----
- Disse que esteve no Mercado Municipal no outro fim-de-semana e não disse à senhora para vir à reunião de Câmara, disse-lhe sim para a senhora vir falar comigo à Câmara, o que não é bem a mesma coisa que o senhor Vereador contou. -----
- Sobre a recolha de resíduos o Presidente ainda não chegou à coordenação dos carros, mas confirmou que no domingo à noite os carros estavam todos parados por avaria e que a orientação foi no sentido de se fazer a avaliação e contratar algum carro se necessário no dia seguinte. Sobre o procedimento que os funcionários tiveram de colocar nos contentores disse que irá transmitir e que se vão tomar algumas medidas de sensibilização, bem como o reforço da intervenção. Quanto ao terceiro lugar na reciclagem será muito difícil se não impossível chegar ao segundo ou ao



primeiro lugar, mas não implica que não se tente. Disse que a intervenção pode não ter sido extraordinário, mas há colaboradores muito dedicados e empenhados.-----

**Senhor Vereador Jorge Gonçalves:**

- Faltou o senhor Vereador falar sobre a Gastronomia de Bordo.-----  
- Disse que o problema é que não sabe se foi possível identificar quem foi a pessoa que fez aquilo do lixo e que era bom identificar para sensibilizar e que isto foi no dia 14 e não foi lá nenhum carro dos que avariou, o carro que lá foi é aquele que anda a recolher os monstros. Afirmou que ainda no dia anterior também estava lixo ao pé do Hipermercado Continente e junto ao Mercado Municipal e que é preciso identificar quem é primeiro para fazer pedagogia e depois para aplicar as coimas previstas no regulamento. ----- .

**Senhor Vereador Mark Ministro:**

- Disse que sobre o Festival Gastronomia de Bordo pediu efetivamente a informação para trazer à Câmara, mas que na semana anterior se dedicou mais ao arranque do ano escolar e que irá confirmar se está concluída e enviará por e-mail. -----

**Senhor Vereador Rogério Cação:**

- Congratulou o trabalho que está a ser feito pelo Gabinete de Apoio às Empresas.-----  
- Congratulou a iniciativa da rede cultura 2027, que promoveu um debate interessante e um bocadinho fora dos cânones habituais.-----  
- Fez uma sugestão direcionada para a Vereadora da Cultura e disse que trouxe, em tempos, uma proposta sobre a necessidade de dinamização cultural e do envolver de artistas locais que não teve qualquer acolhimento. Comunicou que através de um colega teve conhecimento da iniciativa “Cubo Mágico” que envolveu seiscentas iniciativas culturais em Viseu, com o objetivo de incrementar a produção cultural e atividade económica em tempo de Covid, ou seja criar oportunidades e dinamizar a economia, nomeadamente o comércio local. Disse que em Viseu já têm agenda para o “Outono Quente”, que segue a mesma matriz do “Cubo Mágico”. Disse que considerava importante conhecer as bases deste evento e quem sabe pensar em algo semelhante para o nosso território.-----  
- Perguntou ao senhor Presidente se no acesso ao Forte da Luz houve alguma razão que determinasse a remoção dos obstáculos e se está prevista alguma intervenção para se interditar o acesso às viaturas.-----  
- Questionou se está revisto algum plano no sentido da prevenção das chuvas, a necessidade de acautelar o inverno e a limpeza de todos os circuitos de escoamento pluvial.-----  
- Solicitou o relatório sobre a estratégia de intervenção na comunidade cigana.-----  
- Perguntou que iniciativas se seguem relativamente ao Plano Estratégico, saber em que pé é que estamos neste desenvolvimento da reflexão.-----  
- Deu conta de uma nota dada por um município acerca da degradação das instalações do antigo campo de tiro e que as dunas estão cheias de estilhaços de pratos o que constitui um perigo para quem anda descalço ali nas dunas envolventes ao antigo campo de tiro.-----  
- Sobre o arranque do ano letivo deixou a nota de que a sua intervenção na reunião anterior foi exclusivamente na qualidade vereador e não na qualidade de dirigente associativo.-----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Sobre a Papoa e os acessos informou que em breve virá à Câmara o estudo elaborado porque gostávamos de fazer algumas intervenções e a opção dos limitadores com correntes prendiam-se com a necessidade de manter o acesso em caso de emergências, mas que já se percebeu que terá mesmo de se interditar sem se contar com as correntes e com mais pedras.-----

- Em relação à prevenção das chuvas disse que se estão a realizar as intervenções nas sarjetas em zonas mais problemáticas e que está a ser feito um plano, mas que as inundações da passada semana aconteceram apenas porque temos uma eclusa que não funciona. -----
- Do relatório sobre a comunidade cigana disse que houve uma série de contrariedades da parte de quem está a gerir esse processo, mas que pensa que esta semana esse relatório será partilhado. ---
- Sobre o Plano Estratégico disse não ter tido tempo para agarrar estas iniciativas, mas que quer marcar uma reunião com a Dr.ª Sofia Gaio e que tem todos os contributos dos senhores vereadores de modo a partilhar com a doutora e ver o que se pode melhorar no documento. -----
- Disse que a intervenção no campo de tiro está consagrada nas candidaturas da construção dos passadiços, ou seja, inclui também a intervenção e requalificação dunar, pelo que também está prevista a demolição dessa e de outras estruturas e que, no que se respeita aos restos dos pratos que se avaliará a situação. -----

**Senhor Vereador Filipe Sales:**

- Deixou um voto de pesar pelo falecimento do antigo fiscal da Câmara, o senhor José Carlos Sousinha. -----
- Disse que têm sido condescendentes com o Presidente face ao novo organograma que o Presidente se comprometeu em apresentar antes do verão e agora está subordinado à nova chefia do DEA, mas que se não há coisa em que não se vão desviar nem um milímetro é o cronograma do PDM. Referiu que na próxima semana é a última oportunidade que o Presidente tem para apresentar a esta Câmara esse plano de trabalhos que deve obrigar a Câmara a cumprir. -----
- Sobre a obra junto ao estádio do Grupo Desportivo de Peniche disse que a semana passada o Presidente respondeu ao vereador Jorge que era uma limpeza e que iria trazer o projeto e que estava na CCDR e solicitou mais esclarecimentos e perguntou quem é o técnico municipal responsável por aquela obra. -----
- Em relação à Nau dos Corvos perguntou se havia notícia do relatório da vistoria. -----
- Deixou uma nota de lamento. Disse que sobre a limpeza do fosso da muralha, obra adjudicada a uma empresa, que contemplava a construção da eclusa que vinha controlar o nível da maré na zona para onde são escoados os pluviais e foi-lhe explicado que se se tivesse sido exigido à empresa, que não cumpriu na obra com os pressupostos e com a execução do projeto convenientemente, se se tivesse controlado o nível da maré de forma eficaz, provavelmente não teríamos o problema de inundações porque haveria margem para esgotar. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Em relação ao cronograma disse que a semana passada esteve reunido com os técnicos e a ver essa situação pelo que o vereador não precisa de condescender. Disse que na segunda semana de outubro se poderá fazer a reunião na Câmara, sem a presença da equipa externa e, acrescentou que há todo um outro conjunto de informações, nomeadamente os pareceres das entidades que temos, que se pretende fazer chegar aos senhores vereadores. -----
- Em relação ao Rio São Domingos, disse que foi oficiada a CCDR no sentido de os informar sobre questões concretas em relação ao que se poderia fazer em relação ao projeto que se queria desenvolver. Disse que a responsabilidade é municipal, que foram máquinas da DOM que, lá estiveram e que o responsável máximo da DOM é ele mesmo, os responsáveis técnicos são, provavelmente a antiga chefe de divisão e o novo chefe de divisão. Sobre a intervenção realizada disse que se procurar limpar e substituir algumas manilhas para resolver a situação do pluvial junto ao estádio do Grupo Desportivo de Peniche. -----
- Em relação ao relatório sobre a Nau dos Corvos disse que ainda está a aguardar. -----
- Sobre a questão da eclusa referiu que é uma questão de há muitos anos, que foi mal calculada porque não tiveram em conta todo um conjunto de fatores e que será importante considerar fazer

algum investimento municipal naquele equipamento aquando da transferência de competências da Docapesca para o Município.-----

**Senhora Vereadora Cristina Leitão:**

- Sobre as obras clandestinas na Almagreira disse que trouxe este assunto anteriormente à Câmara e que os vereadores continuam a receber emails por parte dos queixosos a dizer que não têm conhecimento sobre o andamento desses processos. Referiu que o Presidente disse que foi feito um auto de embargo, mas a Câmara desconhece no concreto a informação e as pessoas solicitam informação e os vereadores não conseguem dar resposta às solicitações das pessoas porque também não têm conhecimento. -----

- Manifestou que continua à espera do projeto para a Papoa salientando que será urgente a discussão deste tema e que considera que antes dos serviços fazerem os desenhos devia a Câmara discutir e decidir o que pretendem, porque o Presidente acabou de dizer que há dois desenhos e da sua parte não os conhece, não contribuiu em nada para eles e com os quais não concorda. -----

- Perguntou se o problema da rede Wi-Fi na biblioteca municipal já está resolvido. -----

- Referiu que o serviço de recolha de monos tem um atraso muito grande e que gostava que o Presidente desse uma informação sobre o prazo médio de recolha de monos para percebermos o que está mal e agirmos. Considerou que se agirmos com rapidez teremos menos monos e menos ramagens. -----

- Sobre o que foi aprovado do Campeonato WSL perguntou se o Península de Peniche Surfing Clube está ou não dentro desta iniciativa, se é parceiro. -----

- Referiu que o Presidente ficou de informar sobre a passagem hidráulica na Rua dos Canteiros entre a Atouguia da Baleia e a Bufarda. -----

- Sobre o Plano Diretor Municipal disse que tínhamos pedido que o professor Jorge Carvalho fizesse umas seis simulações sobre capacidade edificatória do solo e que falta uma informação mais detalhada e pormenorizada sobre o património municipal, nomeadamente em Peniche, as reclamações e sugestões dos requerentes e a listagem dos urbanos que perdiam capacidade edificatória.

- Disse que o Presidente ainda não conseguiu concretizar o que está a ser feito junto ao Rio São Domingos e o estádio do Grupo Desportivo de Peniche nem sequer o técnico responsável. Disse que já se percebeu que se trata de mais que uma simples limpeza e solicitou que ao menos lhe faça chegar as perguntas enviadas à CDDR que pode ser que assim se perceba o que o Presidente intenta lá fazer. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

- Em relação às obras clandestinas da Almagreira disse que julga que o processo está no Gabinete Jurídico.-----

- Sobre os ditos estudos da Papoa referiu que são estudos muito antigos, que o senhor Presidente não mandou fazer nada sozinho e que terá de trazer à Câmara o mapa de obras, essa sim uma falha a colmatar.-----

- Sobre os monos disse que há coisas que eram um hábito e que nós temos de alterar, considerando que se deverá aproveitar a mudança de chefe de divisão para se fazer algumas alterações. Disse que neste momento há dois carros a fazer esse serviço e que, há pouco tempo a espera seria de um mês. -----

- Sobre a Rua dos Canteiros, disse que deve ser equacionada no contexto da Zona Industrial do Vale do Grou, em termos de projeto e deve ser avaliada a questão dos custos para ver se podemos ou não adjudicar diretamente. -----

- Quanto à questão das reclamações, que são cerca de noventa, o Gabinete de Planeamento teve alguma dificuldade fazer as fichas de relatório de todas as situações não foi possível, mas que vai colocar a questão de novo.-----

**Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga:**

- Sobre a biblioteca disse que quando se deu a passagem da MEO para NOS ficámos sem o Wi-Fi e foi garantido que durante esta semana vai ficar tudo regularizado. -----

**Senhor Vereador Mark Ministro:**

- Garantiu que se o evento se realizar em Peniche o Península de Peniche Surfing Club será envolvido à semelhança dos eventos anteriores. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

**1) Estudo urbanístico para beneficiação do miradouro e estacionamento, relativamente ao Porto da Areia Sul, em Peniche – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----**

**Deliberação n.º 945/2020:** Deliberado, por maioria, com seis votos a favor dos membros da Câmara eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, pelo Partido Social Democrata e pela Coligação Democrática Unitária, e uma abstenção, do membro da Câmara eleito pelo Partido Socialista, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - «Aprovar o estudo urbanístico para beneficiação do miradouro e estacionamento, elaborado pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística – Setor de Estudos e Projetos, em 04 de agosto de 2020, para o Porto da Areia Sul, localidade de Peniche, conforme proposta de despacho da Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datada de 17 de setembro de 2020.» (Doc.685 DPGU 19/20)-----

**2) Pedido de licenciamento para demolição do existente e construção de edifício de habitação e comércio com pedido de permuta de terreno, a realizar no prédio sito na Travessa da Horta, n.º 12, em Peniche, apresentado em nome de Lucílio Oliveira Antunes - Unipessoal, L.da – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----**

**Deliberação n.º 946/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: ----- «Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido de licenciamento, apresentado em nome de Lucílio Oliveira Antunes - Unipessoal, L.<sup>da</sup>, em 09 de janeiro de 2019, para demolição do existente e construção de edifício de habitação e comércio com pedido de permuta de terreno, a realizar no prédio sito na Travessa da Horta, n.º 12, localidade de Peniche, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos e com os fundamentos constantes na proposta de despacho da Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datada de 09 de setembro de 2020.» (Doc.686 DPGU 27/19) -----

**3) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de moradia unifamiliar, para o prédio sito na Rua de Baixo, no Lugar da Estrada, apresentado em nome de António Arménio de Carvalho Emídio – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:** -----

**Deliberação n.º 947/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Emitir parecer favorável com condições, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), com a sua atual redação, para o pedido de informação prévia, apresentado em nome de António Arménio de Carvalho Emídio, em 08 de novembro de 2019, sobre a viabilidade para construção de moradia unifamiliar, para o prédio sito na Rua de Baixo, localidade do Lugar da Estrada, conforme proposta de despacho da Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datada de 09 de setembro de 2020, nomeadamente nos seguintes aspetos:

1. Eliminação do volume proposto no piso superior correspondente ao compartimento de “arrumos”, para que seja garantida a salubridade e ventilação do logradouro vizinho adjacente localizado a norte, admitindo-se a criação de um terraço no seu lugar;

2. De modo a evitar a servidão de vistas no terraço, deverá o muro proposto a norte (adjacente ao logradouro vizinho) afastar-se em 1,50m, no piso superior, relativamente ao extremo da propriedade, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 1362.º do Código civil;

3. A cobertura irá constituir servidão de vistas, pelo que, o acesso permanente através da escada exterior deverá ser eliminado;

4. O muro proposto a poente, adjacente ao muro do edifício vizinho, não poderá ultrapassar a altura de 2m, em conformidade com o estabelecimento no n.º 3 do artigo 31.º do RMUE.

O projeto a apresentar fica sujeito ao regime de licenciamento administrativo, nos termos do RJUE.» (Doc.687 DPGU 1260/19)-----

**4) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de moradia unifamiliar, para o prédio sito na Rua de Angola, Vila Maria, em Peniche, apresentado em nome de Susana Maria Melo Fernandes Afonso Lucas – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:** -----

**Deliberação n.º 948/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Emitir parecer favorável, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), com a sua atual redação, para o pedido de informação prévia, apresentado em nome de Susana Maria Melo Fernandes Afonso Lucas, em 04 de outubro de 2019, sobre a viabilidade para construção de moradia unifamiliar para o prédio sito na Rua de Angola, Vila Maria, localidade de Peniche, nas condições constantes na proposta de despacho da Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, de 09 de setembro de 2020, ficando o projeto a apresentar sujeito ao regime de licenciamento administrativo, nos termos do RJUE.» (Doc.688 DPGU 1099/19)-----

**5) Pedido de licenciamento para demolição de anexo, para o prédio sito na Rua de Santana, n.º 98, em Peniche, apresentado em nome de José António Rodrigues Façanha – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 949/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Aprovar e deferir o pedido de licenciamento ao abrigo do disposto n.º 3 do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE),

*apresentado no dia 14 de janeiro de 2020, em nome de José António Rodrigues Façanha, para demolição de anexo para o prédio sito na Rua de Santana, n.º 98, localidade de Peniche, conforme proposta de despacho da Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datada de 20 de agosto de 2020.» (Doc.689 DPGU 44/20) -----*

**6) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a realizar no prédio sito na Urbanização do Bosque, Lote 13, em Coimbra, apresentado em nome de Zélia Maria Neves Correia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:** -----

**Deliberação n.º 950/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

*«Aprovar com condições o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativamente ao pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a realizar no prédio sito na Urbanização do Bosque, Lote 13, localidade de Coimbra, apresentado em nome de Zélia Maria Neves Correia, no dia 14 de abril de 2020, conforme proposta de despacho da Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datada de 09 de setembro de 2020, nomeadamente na reformulação do projeto relativamente a:*

*•O muro confinante com a via pública apresenta uma altura superior a um metro de altura, atuando em desconformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 31.º do RMUE.*

*•A cobertura com uma platibanda de 0,90m de altura e uma cobertura de telha cerâmica com pendente de 10º, não confere uma integração harmoniosa com as restantes moradias já construídas no mesmo loteamento, bem como não confere uma solução que siga as normas técnicas de construção para coberturas compostas por telha lusa (pendente recomendada entre 30% a 45%), devendo equacionar um beirado.» (Doc.690 DPGU 284/20) -----*

**7) Pedido de licenciamento para construção de estabelecimento hoteleiro, para o prédio sito na Fonte Velha, em Coimbra, apresentado em nome de Monte do Parrocho, Unipessoal, L.ª – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:** -----

**Deliberação n.º 951/2020:** Deliberado voltar a apreciar o assunto relativo pedido de licenciamento para construção de estabelecimento hoteleiro, para o prédio sito na Fonte Velha, em Coimbra, apresentado em nome de Monte do Parrocho, Unipessoal, L.ª, numa próxima reunião de Câmara, com a presença do senhor Professor Jorge Carvalho.(DPGU 1212/19)-----

#### DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

**8) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua Pedro António Monteiro, n.º 18, em Peniche, requerida por Sousa Madeira & Irmãos, L.ª - Pelouro das Obras Municipais:** -----

**Deliberação n.º 952/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 16 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

*«De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), proponho que a Câmara Municipal aprecie para certificar em conformidade com o auto de vistoria, em anexo, para efeitos de Certidão de Propriedade Horizontal, referente ao prédio sito na Rua Pedro António Monteiro, n.º 18, em Peniche, em nome de Sousa Madeira & Irmãos, L.ª.» (Doc.691 NIPG 12127/20) -----*

**9) Sinalização vertical na Rua Ilha da Madeira, em Peniche – Pelouro do Trânsito:**-----

**Deliberação n.º 953/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 16 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, e, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 01 de outubro, na sua atual redação, e considerando a informação da Divisão de Obras Municipais n.º 235/2020, de 26 de agosto de 2020, propõe-se apreciação e homologação da sinalização vertical na Rua Ilha da Madeira, em Peniche.» (Doc.692 NIPG 12564/20)-----

#### REGULAMENTOS MUNICIPAIS:

**10) Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior – Pelouro da Educação:** -----

**Deliberação n.º 954/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a informação prestada pelos serviços do Município, informação n.º 2249/2020 do Gabinete Jurídico, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de Regulamento Municipal.» (Doc.693 NIPG 1754/17)-----

#### PROTOCOLOS:

**11) Candidatura ao programa “Defesa da Floresta contra incêndios e agentes bióticos”, para aquisição de equipamentos para os sapadores florestais - Pelouro da Proteção Civil:** -----

**Deliberação n.º 955/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 16 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Coordenador Municipal da Proteção Civil, n.º 015/2020, de 11 de setembro de 2020, registada sob o n.º 14238/20, de 16 de setembro de 2020, apresentando a possibilidade do Município se candidatar ao programa “Defesa da floresta contra incêndios e agentes bióticos”, previsto na subalínea i), da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do Fundo Florestal Permanente, aprovado pela Portaria n.º 77/2015, de 16 de março, na atual redação, e destinado ao financiamento do equipamento de proteção individual das equipas/brigadas de sapadores florestais, proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas na alínea j) e r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize a submissão da candidatura, cujo objetivo é a obtenção de subsídio não reembolsável, até ao valor máximo de 4.000,00 €, para aquisição/substituição de Equipamento de Proteção Individual (EPI).» (Doc.694 NIPG 14238/20)-----

**12) Protocolo de cooperação entre o Município de Peniche e a Meo – Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A, para utilização das condutas de comunicação – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:** -----

**Deliberação n.º 956/2020:** Deliberado, ao abrigo da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a celebração do presente protocolo de cooperação entre o Município de Peniche e a Meo – Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A., para utilização recíproca das condutas pertencentes a cada uma das partes existentes no concelho. (Doc.695 NIPG 14262/20)-----

EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS:

**13) *Estúdio Municipal de Dança – Ano Letivo 2020/2021 – Pelouro da Cultura:***-----

**Deliberação n.º 957/2020:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação n.º 2153/2020, datada de 09 de setembro de 2020, referente ao Estúdio Municipal de Dança, ano letivo 2020/2021. (NIPG 13935/20)-----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

**14) *Aumento da quota mensal do condomínio, respeitante ao prédio sito no Sítio do Calvário, bloco 4, em Peniche – Pelouro da Solidariedade Social:***-----

**Deliberação n.º 958/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a informação do setor de Planeamento e Intervenção Social, de 09 de setembro de 2020, que se anexa, com o n.º de registo 2166, proponho que a Câmara a Municipal, no uso da sua competência definida na alínea g) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a proposta de acerto da quota no valor total de 3,96€ relativa aos meses de julho, agosto e setembro/2020, bem como, o aumento do valor da quota mensal para 21,32€ a partir do próximo mês de outubro, relativo à fração camarária existente neste bloco.» (Doc.696 NIPG 13957/20)-----

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:

**15) *Abertura de procedimento por concurso público para empreitada de implementação de zonas de monitorização e controlo – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:***-----

**Deliberação n.º 959/2020:** Deliberado, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a competência para autorizar a realização de despesa específica e condução do procedimento, para a empreitada de implementação de zonas de monitorização e controlo, até ao montante de 220.000,00€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. (Doc.697 NIPG 14264/20)-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

**16) *Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (modificação n.º 16) – Pelouro das Finanças:***-----

**Deliberação n.º 960/2020:** Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - «Considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeta a aprovação da Assembleia Municipal a alteração modificativa aos documentos previsionais, para o ano 2020 (modificação n.º 16), conforme consta dos documentos anexos à referida informação.» (Doc.698 NIPG 14324/20)-----

CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:



**17) Refeições escolares para o ano letivo 2020/2021 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Pelouro das Finanças:**-----

**Deliberação n.º 961/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que:

- De acordo com a deliberação da Assembleia Municipal n.º 45/2019, de 28 de junho, o Município formalizou a aceitação da descentralização de competências na área da Educação para o ano letivo 2020/2021, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;

- De acordo com a informação prestada à Direção-Geral das Autarquias Locais, o Município de Peniche assumiu, para o ano 2020, nos termos dos diplomas de âmbito setorial, as competências na área da Educação;

- No ano letivo 2020/2021, cabe ao Município de Peniche garantir o fornecimento de refeições escolares à população escolar que frequenta o ensino pré-escolar, ensino básico e ensino secundário, o que faz com que o número de refeições tenha aumentado de cerca de 118.000 para cerca de 255.000;

- De acordo com o estipulado nos n.ºs 5 e 6, do artigo 10.º, do Regulamento Municipal de Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família de Crianças da Educação Pré-Escolar, da Componente de Apoio à Família de Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública de Ensino e Ocupação de Tempos Livres do Município de Peniche, publicado em Diário da República, Regulamento n.º 507/2020, no dia 28 de maio, prevê-se a distribuição de lanches;

- No Orçamento Municipal para o ano de 2020 não estão previstas as refeições escolares a servir no ano de 2021;

- A abertura de procedimento para aquisição de refeições para o ano letivo de 2020/2021 irá gerar um compromisso plurianual, concretamente a executar no ano de 2021, e atendendo a que o valor é superior a 99.759,58€, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, este compromisso carece de autorização prévia da Assembleia Municipal.

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromisso plurianual, concretamente para o ano de 2021, com a aquisição de refeições escolares no valor de até 450.000€, acresce o IVA à taxa legal em vigor.» (Doc.699 NIPG 13829/20) -----

**RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:**

**18) Melhoramentos no edifício da “Loja dos Valla” para utilização de municípios, para teletrabalho – Pelouro da Administração Geral:** -----

**Deliberação n.º 962/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o pedido da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, por ofício n.º 265, de 10 de setembro de 2020, registado sob o n.º 13494/2020 a 15 de setembro, para utilização do Edifício “Loja dos Valla” por parte de Municípios que se encontram em teletrabalho e de autorização para efetuar os melhoramentos necessários para o efeito, proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas na alínea j) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize a utilização e reabilitação nos termos propostos.» (Doc.700 NIPG 14208/20)-----

APOIOS DIVERSOS:

**19) Atribuição de apoio financeiro à Associação Proferrel, para a realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Guia – Pelouro da Cultura:** -----

**Deliberação n.º 963/2020:** Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -  
«Considerando que a Câmara Municipal valoriza as festas religiosas anuais de diversas localidades do concelho enquanto promotoras do concelho de Peniche, dada a sua importância na celebração da tradição, na animação de verão e na projeção turística.

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribua um apoio financeiro à Associação Proferrel, para a realização da festa de verão em Ferrel, em Honra de Nossa Senhora da Guia, no valor de 1.500,00€.» (Doc.701 NIPG 13172/20)-----

**20) Atribuição de apoio à Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro de 1902, para a realização da Festa de Verão em Atouguia da Baleia, em Honra de Nossa Senhora da Assunção – Pelouro da Cultura:** -----

**Deliberação n.º 964/2020:** Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -  
«Considerando que a Câmara Municipal valoriza as festas religiosas anuais de diversas localidades do concelho enquanto promotoras do concelho de Peniche, dada a sua importância na celebração da tradição, na animação de verão e na projeção turística.

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribua um apoio financeiro à Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro de 1902, para realização da festa de verão em Atouguia da Baleia, em Honra de Nossa Senhora da Assunção, no valor de 1.500,00€.» (Doc.702 NIPG 14325/20)-----

DIVERSOS:

**21) MEO Portugal Surfing Cup - Special Event da World Surf League – Pelouro do Desporto:**

**Deliberação n.º 965/2020:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação do Pelouro do Desporto, registada sob o n.º 2246, em 17 de junho de 2020, que a seguir se transcreve: -----

«Nesta sua transição para um novo modelo de competição com início em 2021, e na sequência da pandemia provocada pela Covid-19, World Surf League decidiu criar a nível mundial 8 eventos especiais de promoção da modalidade, ainda em 2020, e escolheu Portugal como um dos locais onde pretende realizar um desses eventos.

O evento a realizar em Portugal designado “MEO Portugal Surfing Cup - Special Event da World Surf League – irá decorrer em Portugal entre dos dias 28 de setembro e 2 de outubro e tem o formato de “Search”, ou seja, foram previamente selecionados alguns possíveis locais onde o evento poderá vir a realizar-se. O local escolhido será o que reunir as melhores condições de mar na altura do evento.

O conceito visa dar as melhores ondas aos melhores surfistas e do ponto de vista promocional irá dar destaque fundamental à zona costeira do Oeste no seu todo como um destino de surf e não apenas uma ou outra praia ou local específico. A expectativa da imprevisibilidade do local de realização da prova aliado ao conceito “As melhores previsões, o melhor spot” pretende atrair o interesse mediático do evento que tem o seu foco na transmissão televisiva e online do evento.

Do ponto de vista do envolvimento do nosso Município nesta iniciativa, e caso o evento se realize num das praias do nosso concelho, passará pelo apoio logístico habitual para provas com este

*cariz, mas num formato muito mais ligeiro ao nível das infraestruturas, havendo ainda uma comparticipação financeira de 75.000,00 € (valor com IVA). Se for escolhido outro Município não haverá o pagamento de qualquer custo associado à realização do evento ou à sua promoção.» -- Deliberado, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, aprovar a realização do evento.*

**22) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Rafael Barroso Henriques - Pelouro da Administração Geral:**-----

**Deliberação n.º 966/2020:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

*«Na sequência da deliberação n.º 568/2020, tomada pela Câmara Municipal na sua reunião realizada no dia 01 de junho de 2020, procedeu-se à audiência prévia.*

*Considerando a informação n.º 2115, do Gabinete Jurídico e de Contencioso, de 08 de setembro de 2020, em anexo, proponho que a Câmara Municipal a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mantenha a deliberação 568/2020, de 01 de junho de 2020, no sentido de indeferir o pedido apresentado por não se encontrarem preenchidos, cumulativamente, os pressupostos do dever de indemnizar: o facto, a ilicitude, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o facto e o dano e proceda à notificação do interessado (a).» (Doc.703 NIPG 20103/19)-----*

**23) Dinamizar a economia social como ferramenta de promoção do desenvolvimento económico e social do Território:**-----

**Deliberação n.º 967/2020:** Foi presente a proposta do senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -

**«Caraterização da realidade – A Economia Social no concelho de Peniche:**

*Realização de um estudo aprofundado da Economia Social no Concelho de Peniche. Seria desejável que, se houvesse condições, este estudo fosse feito por uma entidade externa, de modo a que os dados obtidos correspondessem a uma visão não comprometida da realidade. Cita-se a título de exemplo o Atlas da Economia Social aprovado recentemente (Abril 2020) em Torres Vedras, que foi da responsabilidade do Centro de Estudos Torriense para a Economia Social, com o qual poderia eventualmente haver um contacto prévio, no sentido de uma aprendizagem a partir do processo que seguiram (em anexo, envio para consulta o Atlas da Economia Social de Torres Vedras;*

**Criação de um Fórum Local da Economia Social:**

*Propõe-se que, a partir da caraterização seja criado um Fórum Local da Economia Social, cuja dinamização seria assegurada pela autarquia e a Presidência do mesmo por uma entidade eleita pelos membros do mesmo. Este Fórum, que eventualmente poderá no futuro dar lugar a um Conselho Consultivo, terá por missão o debate e partilha de informação, designadamente ao nível de linhas de financiamento, programas de incentivo, fiscalidade, domínios inovadores de ação, economia circular, circuitos curtos de comercialização e energia verde, por exemplo, o estabelecimento de mecanismos de intercooperação e o desenvolvimento de projetos conjuntos. Outro dos objetivos será funcionar como estrutura de apoio da Câmara, ao nível de tomadas de decisão que tenham a ver com a economia social.*

**Formação em Domínios Emergentes:**

*Propõe-se que, ao longo do processo, a autarquia, eventualmente em parceria com a Adepe, desenvolva um programa de formação para agentes da Economia Social, envolvendo estruturas do setor e especialistas em domínios emergentes. Sugerem-se a título de exemplo alguns temas:*

*1. Processos de Modernização das Organizações da Economia Social – A Transição Digital*

2. *Setor Social e da Saúde na Economia Social – Novos Paradigmas*
3. *Ação Ecológica na Economia Social*
4. *Modernização energética – A energia verde*
5. *Novos domínios de negócio social: cultura e turismo*
6. *Qualificação dos Agentes da Economia Social*
7. *Intercooperação como ferramenta de sustentabilidade*
8. *Governança em parceria e redes locais para o desenvolvimento*

***Incremento do Voluntariado – Criação de Banco Local de Voluntariado:***

*As organizações da Economia Social têm uma dimensão de voluntariado, quer ao nível do dirigismo, quer da ação direta, muito relevante. É preciso quantificar o valor acrescentado desta participação voluntária, acrescentá-la, promover a qualificação dos voluntários e regularizar a sua situação. Existe hoje um quadro legal, quer ao nível das exigências, quer das obrigações e direitos que tem que ser cumprido e existe também um conjunto de pessoas que se aposentam ainda em idade ativa e que podem vir a ser sensibilizadas, por um banco de voluntariado que funcione de forma dinâmica, a cooperar com as organizações da ES.»-----*

*Deliberado aprovar a proposta e, por sugestão do senhor Vereador Rogério Cação, auscultar o CLAS. (Doc.704 NIPG 11964/20) -----*

***24) Evocação do Motim de Peniche ou a Guerra das Espoletas: -----***

***Deliberação n.º 968/2020:*** Foi presente a proposta do senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, que a seguir de transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - ***«Celebração de Acordo de Cooperação com a URAP para a Evocação da Chamada “Guerra das Espoletas”:***

*Celebração de acordo com a URAP que estabeleça as condições de cooperação entre esta Entidade e a Autarquia para uma organização conjunta dos vários eventos evocativos do Motim de Peniche ou Guerra das Espoletas, designadamente quanto aos objetivos, calendário, distribuição de responsabilidades e financiamento;*

***Preparação de Exposição Itinerante sobre o evento:***

*Levantamento de materiais diversos relacionados com o tema (fotografia, artigos da época, outro tipo de registos e artefactos, sob a supervisão do responsável municipal pela área da museografia, tendo em vista a organização de uma pequena exposição itinerante sobre o tema, disponível para ser presente em Escolas, Coletividades ou estruturas das Junta de Freguesia do Concelho;*

***Edição de brochura sobre o tema:***

*Edição de uma brochura alusiva ao evento, financiada pela autarquia, propondo-se que fique a URAP encarregada de organizar o texto e imagens a propor, articulando esta tarefa com o responsável pela área museográfica.*

***Organização de cerimónia evocativa do evento:***

*Propõe-se a realização de uma sessão evocativa dos 85 anos decorridos sobre a Guerra das Espoletas, a realizar no dia 13 de novembro de 2020 no Auditório Municipal, com a participação, se possível, de testemunhas do evento ou familiares diretos. O evento deve ser transmitido via redes sociais.*

***Estudo de outros elementos simbólicos associados à evocação:***

*Sem prejuízo das propostas enunciadas acima, poderão vir a ser equacionados outros elementos simbólicos a implementar em Peniche, mediante propostas que mereçam o aval da Câmara Municipal de Peniche.» -----*

*«Deliberado aprovar a proposta. (Doc.705 NIPG 11962/20) -----*

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

**Deliberação n.º 969/2020:** Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezassete horas e quarenta minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 09 de novembro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

*(assinado no original)*

---

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---